

**RE no AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.229.116 - RS
(2018/0001366-2)**

RELATORA : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
RECORRENTE : SPEEDY SERVICE LTDA
ADVOGADOS : JOSUÉ ANTONIO DE MORAES E OUTRO(S) - RS028448
RAFAEL FOGAÇA - RS050798
RECORRIDO : SADI TRANSPORTES LTDA ME
ADVOGADO : MORGANA PEREIRA E OUTRO(S) - RS102327

EMENTA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. PRELIMINAR DE REPERCUSSÃO GERAL. AUSÊNCIA. VÍCIO FORMAL GRAVE. REQUISITO INDISPENSÁVEL. RECURSO NÃO ADMITIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário interposto por SPEEDY SERVICE LTDA., com fulcro no art. 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal de 1988, contra acórdão proferido pela Quarta Turma desta Corte Superior de Justiça, assim ementado (fl. 191):

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO - INSURGÊNCIA DA AUTORA.

1. Reconhecida na origem a existência de relação negocial subjacente ao saque das duplicatas, de modo a patentear a causa debendi que dá sustentáculo à cambial, não há se falar em vício formal do título e, por consequência, na desconstituição do débito por ele representado.

2. A constatação de que o negócio jurídico não se consumou exige o reexame da conjunto fático-probatório, o que é vedado em sede de recurso especial, em decorrência do enunciado da Súmula 7 do STJ.

3. Agravo interno desprovido.

O julgado acima refere-se a agravo interno interposto contra decisão monocrática fundamentada nos seguintes termos (fls. 167/170):

O inconformismo não merece prosperar.

1. De início, impende consignar a aplicabilidade das normas insertas no Código de Processo Civil de 2015 a este julgado, com amparo no Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016, tendo em vista a data de publicação do aresto recorrido.

2. Na espécie, o Tribunal local, ao negar provimento ao apelo da ora agravante, adotou a seguinte fundamentação (fls. 111-116, e-STJ):

A parte demandante alegou a inexistência de negócio jurídico a

embasar a duplicata mercantil nº 1801-5E no valor de R\$ 2.500,00 (fl. 39), que foi protestada (fl. 17). Pede a declaração de lii inexigibilidade do título.

Tratando-se de cobrança de duplicata, deve ser observado o artigo 15, inciso II, alínea "a" e "b", bem como, no caso, o artigo 20, § 3º, ambos da Lei nº 5.474/60.

Portanto, constitui documento hábil para transcrição do instrumento de protesto qualquer documento que comprove a efetiva prestação dos serviços e o vínculo contratual que a autorizou.

No caso, entendo que o demandado desincumbiu-se do seu ônus, nos termos do artigo 373, inciso II, do CPC. Os e-mails anexados às fls. 42-47 servem para comprovar a relação comercial existente entre as partes, a qual consistiu no transporte das mercadorias descritas na nota fiscal de fl. 40, com a prova da respectiva entrega dos produtos, fls. 37.

Destaco que o autor limitou-se a negar a relação jurídica, sem contudo impugnar os documentos acostados pela demandada.

Dessa forma, comprovada a origem do negócio jurídico, a sua validade e o respectivo protesto em razão da injustificada falta de pagamento, não há se falar em inexigibilidade da duplicata.

Diante do exposto, nego provimento ao apelo.

Sendo assim, para acolhimento do apelo extremo, seria imprescindível derruir a afirmação contida no *decisum* atacado e o revolvimento das provas juntadas aos autos, o que, forçosamente, ensejaria rediscussão de matéria fática, incidindo, na espécie, o óbice da Súmula 7 deste Superior Tribunal de Justiça, sendo manifesto o descabimento do recurso especial.

Sobre o tema, precedentes desta Corte:

(...)

3. Do exposto, nego provimento ao agravo, majorando os honorários sucumbenciais, com base no art. 85, § 11, do NCPC, em R\$ 400,00 (quatrocentos reais), a ser suportado exclusivamente pela parte recorrente.

Nas razões deste recurso extraordinário (fls. 195/198), sustenta o recorrente, em síntese, que o recurso especial ajuizado não versava sobre situações fáticas ou probatórias, mas sobre questões de direito, razão pela qual não poderia incidir o óbice previsto na Súmula n. 7 do Superior Tribunal de Justiça.

Alega violação ao artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, devendo ser viabilizado o provimento do recurso especial.

Não foram apresentadas as contrarrazões (certidão à fl. 210).

É o relatório.

Este recurso extraordinário não comporta admissão.

Com efeito, verifica-se que a parte recorrente não se desincumbiu do mister de alegar a existência de repercussão geral da matéria a ser tratada no apelo extremo, requisito formal indispensável à cognição do recurso extraordinário, à luz do que preconiza o art. 102, § 3º, da Constituição Federal de 1988, bem como o art. 1.035, § 2º, do Código de Processo Civil. Vejamos:

Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a

guarda da Constituição, cabendo-lhe:

(...)

§ 3º No recurso extraordinário **o recorrente deverá demonstrar a repercussão geral** das questões constitucionais discutidas no caso, nos termos da lei, a fim de que o Tribunal examine a admissão do recurso, somente podendo recusá-lo pela manifestação de dois terços de seus membros.

Art. 1.035. O Supremo Tribunal Federal, em decisão irrecorrível, não conhecerá do recurso extraordinário quando a questão constitucional nele versada não tiver repercussão geral, nos termos deste artigo.

(...)

§ 2º O recorrente **deverá demonstrar a existência de repercussão geral** para apreciação exclusiva pelo Supremo Tribunal Federal.

Nesta senda, confirmam-se os seguintes precedentes da Suprema Corte:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. PROCESSUAL CIVIL. INTIMAÇÃO DO JULGADO RECORRIDO APÓS 3.5.2007. PRELIMINAR FORMAL DE REPERCUSSÃO GERAL: REQUISITO DE ADMISSIBILIDADE. AUSÊNCIA DA PRELIMINAR: IMPOSSIBILIDADE DE CONHECIMENTO DO RECURSO. PRECEDENTES. VERBA HONORÁRIA MAJORADA EM 1%, PERCENTUAL QUE SE SOMA AO FIXADO NA ORIGEM, OBEDECIDOS OS LIMITES DOS §§ 2º, 3º E 11 DO ART. 85 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL/2015, COM RESSALVA DE EVENTUAL CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA, E MULTA APLICADA NO PERCENTUAL DE 1%, CONFORME O § 4º DO ART. 1.021 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO.

(ARE 1.125.365 AgR, Relator(a): Min. CÁRMEN LÚCIA (Presidente), Tribunal Pleno, julgado em 17/08/2018, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-179 DIVULG 29-08-2018 PUBLIC 30-08-2018)

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. INTERPOSIÇÃO EM 13.4.2018. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE. PRELIMINAR DE REPERCUSSÃO GERAL. AUSÊNCIA.

1. Nos termos da orientação firmada nesta Corte, cabe ao recorrente demonstrar de maneira formal e fundamentada a existência de repercussão geral da matéria constitucional em debate no recurso extraordinário, o que não ocorreu no caso em exame. Mesmo em caso de repercussão geral presumida ou reconhecida em outro recurso, é ônus do recorrente a demonstração da existência desse requisito.

2. Agravo regimental a que se nega provimento, com previsão de aplicação da multa prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC.

(ARE 1.102.846 AgR, Relator: Min. EDSON FACHIN, Segunda Turma, julgado em 10/08/2018, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-170 DIVULG 20-08-2018 PUBLIC 21-08-2018)

Ante o exposto, com esboço no art. 1.030, inciso V, do Código de

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2612 - Brasília, Disponibilização: Sexta-feira, 15 de Fevereiro de 2019 Publicação: Segunda-feira, 18 de Fevereiro de 2019

Processo Civil, **não admito o recurso extraordinário.**

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 12 de fevereiro de 2019.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA

Vice-Presidente

